



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

22/

### **Ata da Reunião da COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A “RESPONSABILIDADE DOS DANOS AMBIENTAIS, CAUSADOS PELAS LICENÇAS AMBIENTAIS, CONCEDIDAS À COSIPA PRÉVIA 00870; DE INSTALAÇÃO 2349 À USIMINAS E DE OPERAÇÃO 2385 À MESMA”**

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara de Cubatão, reuniu-se a Comissão Especial de Inquérito: Vereador Ricardo de Oliveira – Presidente, Vereador Wilson Pio – Relator, Vereador Joemerson Alves de Souza – Membro da Comissão, Vereador Laelson Batista Santos – Membro da Comissão, Vereador Sergio Augusto de Santana – Membro da Comissão, Vereador Antônio Vieira da Silva – Membro da Comissão, Vereador Marcio da Silva Nascimento – Membro da Comissão, Vereador Rodrigo Ramos Soares – Membro da Comissão, Dr. Alex Sandro Gomes da Silva – Assessor Jurídico, Sr. Wilson do Nascimento Amorim – Secretário.

A Comissão convocou para compor a mesa o representante da Secretária de Patrimônio da União - Wilson Caruso, ausente, convocou o representante da Usiminas - Bruno Meneses, ausente, o representante da CETESB - Gerente de Impacto Ambiental, Dra. Ana Cristina Pazzini, ausente, Convocou a Promotora do Meio Ambiente – Dra. Juliana Montezuma Lacerda, ausente.

Após a convocação, dos integrantes da mesa, para compor a reunião de averiguação dos danos ambientais, causados pelas licenças supracitadas, por questão de ordem, solicitado pelo Edil, Joemerson Alves de Souza, onde pediu um minuto de silêncio ao munícipe, José Carlos Couto, músico da escola de samba, Independência do Casqueiro, conhecido como TUTTI, após a solenidade de condolências, o Sr. José Barbosa – Representante do Poder Legislativo Estadual, relatou os motivos das ausências dos representantes, dos órgãos públicos e das empresas, falando:

1º Que o representante da SPU, Wilson Caruso, não pode comparecer pois os procedimentos estão judicializados, como são assuntos referente a União, está sob a tutela da Advocacia Geral da União (AGU), que futuramente serão convocados para esclarecer os fatos, entretanto, segundo o mesmo, a SPU não emitiu em momento algum a autorização para o uso do espelho d'água, que nada mais é a utilização da faixa de água acima e abaixo dela, ambas patrimônio da União, para continuidade do empreendimento estava vinculada apresentação de uma série de documentos por parte da VLI a Superintendência Estadual da SPU, no entanto, a mesma optou por um mandato de segurança para a continuação da obra, informando que esses documentos serão apresentados em um prazo de 72 horas pelo superintendente da baixada, Wilson Caruso.



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

23

2º Usiminas, a mesma recusou-se comparecer, alegando não ter disponibilidade em sua agenda ou ninguém disponível com conhecimento técnico para esclarecer quaisquer dúvidas aos integrantes da CEI, conforme em resposta ao ofício 001/mvs (doc. anexo), alegando que já tinha compromissos profissionais assumidos no mesmo dia e horário, mas ao entrar em contato telefônico, anteriormente, foi designado três nomes, Paulo Afif, Mônica Cheng e Bruno Menezes, todos foram convidados a participarem, e confirmando as suas participações através do contato de e-mail, entretanto, no dia 02/03/2018 às 16:40 enviaram um ofício de resposta negando a possibilidade de participação, sendo que a comissão optou fazer os questionamentos e deixá-los cientes e todos participantes, bem como a imprensa local, depois encaminhar as perguntas aos interessados por direito, anexando as respostas aos autos da comissão de inquérito.

3º Depois elaborou duas perguntas direcionadas a SPU, sendo:

- a) Existiu algum processo de solicitação do uso do espelho d'água por parte da Usiminas ou mesmo da VLI para construção ou execução da CAVA SUBÁGUÁTICA?
- b) Em algum momento a VLI ou a Usiminas apresentaram a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os documentos necessários solicitados dentro das normativas legais impostas pela portaria 024/2011, seção em espelho d'água, alterada pela portaria 19/2012 da SPU? Em caso positivo, qual foi o parecer da mesma, em relação a documentação apresentada? Qual foi o parecer na questão ambiental sobre este empreendimento?

4º Em seguida perguntou para USIMINAS:

- a) Esta empresa é capaz de afirmar que este formato de disposição de produtos, desta origem, é a melhor forma de tratar esses sedimentos?
- b) Esta empresa tratou com isonomia as relações municipais, tendo ciência que era a única área que poderia ter investimento de expansão portuária, onde aumentaria significativamente a receita do município de Cubatão?

Após as perguntas feitas pelo Sr. José Barbosa, segundo o mesmo, afirmou que as outras instituições não justificaram as suas ausências, em seguida o presidente convocou o ambientalista, Sr. Aluizio Gomes de Souza, passando-o a palavra, iniciando a sua fala:

- a) Não temos estrutura para controle ambiental em nosso município, aqui só temos um castelo vazio com poucas mobílias, chamado de Secretária do Meio Ambiente, pois já fui gerente do controle ambiental desta cidade, e sei como



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

24

funciona, após essa afirmação, sugeriu que a comissão faça uma cobrança ao Ministério Público do Município, GAEMA (Santos), e ao MP do Estado São Paulo, que tem uma Procuradoria do Meio Ambiente, solicitando todos os documentos que foram feitos, o EIA/RIMA e veja que data foram emitidos os mesmos e quando foram feitas as liberações destas licenças;

- b) Que a Comissão Especial de Inquérito, não fique somente adstrita ao ambiente da Câmara de Cubatão, mas sugeriu a fazer investigação In Loco, e que possam conhecer e sentir a verdade;
- c) Impugnou sobre interesse político do Município de Santos, colocando em cheque a soberania política do Município de Cubatão, solicitando a edilidade deste município, mais severidade nesta investigação para não perder autonomia política da cidade;
- d) Solicitou uma compensação da parte das empresas para o impacto ambiental, pois não podemos impedir a passagem dos navios ao porto de Cubatão por ser necessário para o desenvolvimento econômico do município, mas é necessário um desenvolvimento econômico sustentável.
- e) Sugeriu uma proposta, através de um Termo de Ajuste de Conduta, uma compensação com impacto ambiental para criação de uma Ala no Hospital Municipal para Queimados, uma UTI infantil, adulto e uma Unidade Referencial para Oncologia, a criação de uma escola e creche aos mais afetados pelas obras da CAVA.

Sendo passada a palavra para Sra. Marli Vicente da Silva, representante do instituto ISAC, iniciou sua fala indagando e esclarecendo sobre o impacto na Vila dos pescadores, onde;

- a) Indagou sobre os custos da Cava Subaquática de Piaçaguera dizendo: Qual vale mais, uma vida ou a cava aquática? Em seguida, disse: - Não podemos nos contentar com favores pequenos, mas que a população de Cubatão tenha o seu devido respeito;
- b) Não tem qualquer aviso aos ribeirinhos e a comunidade que circundam essa obra, sobre o impacto ou a qualidade dos produtos, retirados dos manguezais, precisamos de uma melhor atenção e reparo ao nosso meio ambiente;
- c) Explanou sobre o impacto real na vida da comunidade dos pescadores, que depende da fauna e flora desta região, arguindo a diminuição da oferta de



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

25

peixes e crustáceos, nos últimos anos e a qualidade que eles ofertam e consomem, neste mesmo período;

- d) Solicitou aos edis a visitação à Vila dos Pescadores e que possam ter empatia aos moradores que estão sofrendo com esse impacto ao manguezal, onde compõe o sustento dos mesmos.

Encerrada a palavra da Sra. Marli, foi passada a palavra ao Representante do Instituto Maramar – Fabrício Gandini, que indagou:

- a) Qual objetivo desta comissão? Sendo passada a palavra ao presidente Ricardo de Oliveira, que convocou o Dr. Alex Sandro Gomes, para explanar os objetivos desta comissão, sendo esclarecido pelo mesmo que objetivo é levantar a Transparência, Legalidade, Moralidade e Eficiência desta Cava Subaquática, com objetivo de buscar paralização ou suspensão, ou até um TAC, para indenização, compensação e capacitação profissional, adequada e necessária, aos ribeirinhos que dependem desta fauna, bem como do estuário para sua sobrevivência;
- b) Fabrício continuou os questionamentos: Quais as questões que envolvem essa obra? Citando os impactos ambientais que a mesma proporciona no setor pesqueiro e aos moradores da imediação;
- c) Que desde de 2002 não foram calculados os danos ambientais ao setor pesqueiro;
- d) Que não há comunicação da CETESB aos ribeirinhos que utilizam os mananciais, ao passar com os maquinários de drenagem.
- e) Dirigiu-se um requerimento de perguntas aos dirigentes da CETESB, mas não houve qualquer resposta dos mesmos, demonstrando descaso com todo o contexto.
- f) Exigências não cumpridas pela CETESB, causando dano moral coletivo, ausência de monitoramento, efetivo, onde causa inúmeras questões que devem ser feitas e implantadas, exemplo:

1º Passivo ambiental com a questão pesqueira, por ausência de medidas mitigatórias satisfatórias pelos órgãos controladores ambientais;

2º Que seja implementado medidas de apoio estrutural e de custeio às comunidades de pescadores artesanais afetadas pelo processo de dragagem,



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

26

desde o início 2002, diante da exigência de medidas compensatórias e reparatórias que até hoje não foram implementadas, trabalhando institucionalmente com a Defensoria e MPSP e o Poder Legislativo para uma solução adequada e normativa para reparação de danos;

3º Construção de cartografia pesqueira tecnicamente fundamentada e criteriosa, poderá conferir maior segurança jurídica para futuros empreendimentos, pois a uma desapropriação do espaço aquático marítimo, prejudicando a exploração das pescas pela implantação inadequada dos empreendimentos;

4º Que seja incluída a participação dos pescadores, que haja diálogo, a vida dos pescadores estão fora desse processo, não conseguiram garantir o assento dos pescadores naquele local.

- g) Disponibilizou documentação para CEI poder apurar e investigar os danos causados até o momento desta instalação da cava subaquática, contendo os números e pesquisa feita por outros institutos ambientais.

Ao término das indagações do representante do Instituto Maramar, o Presidente da CEI, convocou o Secretário da comissão, Wilson Amorim, para explanação dos danos ecológicos análogos, ocorridos nos Estados Unidos, explanou:

- a) Que em 1892 houve um acidente de imensa proporção nos Estados Unidos, conhecido como Love Canal, que ao cavar um imenso canal, no intuito de ligar a parte alta do município com a parte baixa, com objetivo de abrir uma Hidroelétrica, através da cachoeira artificial, onde teriam energia barata pra manter as fábricas instaladas na região, no entanto, devido à crise do século XIX, não foi possível concretizar o sonho que levou a utilizar o espaço aberto para depósito de resíduos químicos e biológicos fabricados tanto pelas fábricas como pelo exército americano, Após os dejetos serem deixados pelos mesmos, foi coberto por uma camada de terra, sendo logo após habitado por trabalhadores das fábricas locais que não tinham conhecimento da gravidade do problema, no entanto, reclamavam do mau cheiro, que exalava do local, Mas não houve uma medida eficiente para tratamento ou retirada dos lixos químicos ali enterrados, levando às autoridades a colocar mais uma camada de argila pra esconder a sujeira de baixo do tapete, Em consequência surgiram imensos problemas de saúde como: infertilidades, canceres e doenças mutagênicas; devido aos produtos que vazaram dos barris que encontrava-se submerso ao solo. Tal descaso, fez com que o povo daquela região unisse seus objetivos e esforços, a procurar uma solução viável; onde descobriram que a única maneira era desocupar a região, porque estava totalmente contaminada, devido ao vazamento de chorume no Lençol Freático e no Solo, tornando o local inabitável, e um dos maiores acidentes ambientais da história americana.



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

27

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

- b) Sugerindo à comissão uma normatização nas leis do plano diretor, regulamentando o uso dos recursos naturais que estão disponíveis no município de Cubatão, pois há interesse público na criação de regras para o descarte dos lixos industriais, no intuito de proteger o bem maior, que é a vida dos moradores desta região.

Em seguida foi solicitado ao funcionário e assessor jurídico da comissão especial de inquérito, Dr. Alex Sandro Gomes da Silva, para esclarecer os objetivos da CEI e questionar os pontos obscuros destas licenças e os procedimentos escolhidos pelas permissionárias para a cava subaquática, onde fez perguntas às empresas convocadas, no entanto as mesmas encontravam-se ausentes no plenário da Câmara, sendo o questionamento:

**a) Primeiramente a CETESB, onde perguntou:**

1º Uma licença prévia possui prazo de validade? Qual o tempo máximo? Essa licença prévia pode se tornar definitiva? Por Quê? Qual o procedimento?

2º Se faz necessária a apresentação de novo EIA/RIMA (estudo de impacto) para a expedição de licença definitiva? Por quê?

3º Uma alteração no projeto que possui licença prévia determina nova apresentação de um novo EIA/RIMA? (Levando em consideração a mudança de profundidade do canal durante as obras)

4º A licença para a dragagem do canal de Piaçaguera é diferente da licença para a implantação da C.A.D (CAVA)? Trata-se de empreendimentos distintos? Ambos precisam de estudos diferenciados e sequencias?

5º A Licença Prévia concedida a uma empresa, pode ser utilizada por outra? Por quê? Existe a necessidade de apresentação de novos estudos de impactos ambientais?

6º Existe diferença entre licença de operação e licença de instalação? Ambas para sua expedição, é necessário a apresentação de EIA/RIMA?

7º A CETESB foi convidada ou participou de audiência pública referente ao aprofundamento do canal de Piaçaguera e a disposição de sedimentos em cava subaquática? Existem documentos?

8º Sabe dizer se a população foi consultada?

9º Sabe informar qual tipo de produto químico estão sendo depositados na cava subaquática? (Cádmio, Mercúrio, Chumbo).



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

28

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

10º Pode-se afirmar que a técnica da Cava Subaquática é uma técnica eficaz e sustentável? Levando em consideração o material confinado?

11º Existe um plano de emergência em caso de vazamento dos sedimentos?

12º O local onde está sendo confinado o material dragado/contaminado, trata-se de área degradada? Existem estudos técnicos para confirmação?

13º Existe risco de contaminação do lençol freático com a disposição dos sedimentos contaminados, por conta da profundidade da cava?

14º Existe Impermeabilização da Cava?

15º Como ocorreu o procedimento para escolha do perímetro onde foi implantado a cava subaquática?

### **Perguntas para a USIMINAS:**

1º Qual a participação da USIMINAS na dragagem e implantação da CAVA subaquática?

2º Qual o valor dos contratos e das obras de dragagem e confinamento dos sedimentos?

3º Houve anuência ou participação da prefeitura de Cubatão em algum momento, para a implantação da CAVA subaquática, como ocorreu?

4º Qual a participação da prefeitura de Santos na realização da dragagem e disposição dos sedimentos do canal Piaçaguera?

5º Houve participação popular, audiências públicas para implantação desse empreendimento, houve consulta pública, existem documentos?

6º A população ribeirinha da vila dos pescadores foi orientada referente a dragagem do canal Piaçaguera, foram avisados dos riscos, existe sinalização naquela área?

7º Existe estudo de impacto ambiental referente a dragagem do canal, existe estudo de impacto ambiental referente a implantação da CAVA subaquática?

8º A CAVA subaquática é uma técnica eficaz, sustentável? Por quê?

9º Existe engenheiro responsável pela obra de dragagem do canal? Existe engenheiro responsável pela CAVA subaquática?



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

29

10º Existe um plano de emergência, em caso de suposto vazamento dos sedimentos da CAVA?

11º Como ocorreu a escolha do local da implantação da CAVA? Por que naquele perímetro?

### Perguntas à SPU:

1º Tendo em vista tratar-se da área da união, é evidente, nesse caso a secretaria que responde, existiu pedido de autorização do uso de espelho d'água, obedecendo a legislação pertinente ao tema por parte da USIMINAS e ULTRAFÉRTIL, foi concedida a autorização?

Encerrada as perguntas pelo assessor jurídico, Dr. Alex Sandro, devolvendo a palavra para o presidente, o qual delegou a mesma ao Edil Sergio Augusto de Santana, onde salientou:

- a) A importância da Marli como ativista que representa a população, elevando a auto-estima da população e participação em projetos de suma importância para essa municipalidade, que Cubatão cansou de ser explorado pelos oportunistas que utilizam os recursos de nossa cidade apropriando-se de bens econômicos, depois deixam os lixos depositados aqui, e vão embora pra outros lugares, pouco importando-se com serviços prestados a comunidade;
- b) Solicitou ao presidente que sejam as empresas envolvidas, intimadas novamente, que seja dada mais severidade pela CEI.

Em seguida o presidente disponibilizou a palavra aos munícipes presentes no auditório do plenário da câmara, manifestando o Sr. Florivaldo, 52 anos, morador da Vila dos Pescadores, dizendo:

- a) Disponibilizou a sua participação ao presidente da Comissão, dizendo que não falta vontade ou movimento popular para modificação dos atos, mas vontade política para concluir os fatos.

Depois o munícipe Claudir de Figueiredo, 54 anos, vice presidente do ISAC, solicitou:

- a) Aos vereadores, todo apoio para lutar pelos seus diretos, pois já solicitaram documentos para empresas e órgãos públicos, mas nunca foram atendidos.

Logo após as manifestações dos munícipes, voltou a palavra ao presidente da comissão, que a delegou para os membros da mesma, onde o Vereador, Marcio Silva Nascimento, utilizando-a:



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

30

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

- a) Ressaltou a fala do ativista e ambientalista, Aluísio Gomes de Souza, sugerindo o trabalho institucional com MP, para esclarecer os fatos a população e cobrar o que é de direito para os munícipes de Cubatão;
- b) Exaltou o bom trabalho da CEI e afirmou que mesma irá atender aos anseios da população, apesar da limitação tentará junto ao MP cobrar as devidas providências para reparação dos danos;
- c) Sugeriu a integração de todas as categorias e classes, que depende da utilização dos mananciais marítimos do município de Cubatão, a participar e integrar as audiências públicas, para externar os seus anseios;
- d) Solicitou, o que foi acordado pela agenda 21, e quais foram as metas e obrigações para as empresas neste acordo? Foram cumpridas? O que houve?

Após o encerramento da palavra pelo Edil, Marcio Silva Nascimento, passou a palavra para presidente da comissão, onde convocou o vereador e membro da comissão, Antônio Vieira da Silva, para sua manifestação, dizendo:

- a) Que essa comissão é o caminho correto, mas que participação das empresas são fundamentais para os esclarecimentos dos pontos obscuros destas licenças, infelizmente, não houve o comparecimento das mesmas nesta reunião, no entanto, fez as perguntas para constar em ata;
- b) Houve os Estudos de Impacto Ambiental(EIA)/RIMA, onde estão os documentos?
- c) Solicitou a participação do Poder Executivo nesta CEI, para esclarecer alguns pontos necessários, ajudando a trazer os órgãos competentes a manifestar e explicar os fatos, pois o poder legislativo tem um limite de atuação, que depois terá que encaminhar autos ao MP para prosseguir com ação.

Nada mais sendo perguntado, o Sr. Presidente da CEI deu por encerrados os trabalhos da presente reunião determinando a lavratura da presente ata que vai assinada por todos e por mim, Wilson do Nascimento Amorim, que a digitei.

**Ricardo de Oliveira**  
**Presidente**



# Câmara Municipal de Cubatão

## Estado de São Paulo

31

485º Ano da Fundação do Povoado e  
69º de Emancipação Político Administrativa

  
Wilson Pio dos Reis  
Relator

### MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO:

- Vereador Aguinaldo Alves de Araújo .....
- Vereador Anderson de Lana Andrade.....
- Vereador Antônio Vieira da Silva.....
- Vereadora Érika Verçosa.....
- Vereador Fabio Alves Moreira.....
- Vereador Ivan da Silva.....
- Vereador Jair Ferreira Lucas.....
- Vereador Joemerson Alves de Souza.....
- Vereador Laelson Batista Santos.....
- Vereador Márcio Silva Nascimento.....
- Vereador Rafael de Souza Villar.....
- Vereador Rodrigo Ramos Soares.....
- Vereador Sergio Augusto de Santana.....

  
Wilson do Nascimento Amorim  
Secretário

  
Dr. Alex Sandro Gomes da Silva  
Assessor Jurídico